



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Anexo II - 2º Andar , Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7402 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.022138/2020-17

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa remanescente para prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio, abandono de área, primeiros socorros e atendimento de emergência em edificações por meio de “Brigadistas de Incêndio - Bombeiros Civis”, com o fornecimento dos respectivos Equipamentos de Proteção Individual, Equipamento de Proteção Coletivo e de Material de Primeiros Socorros, no âmbito das dependências dos Edifícios Sede, Anexos I e II, CNE e Garagem, do Ministério da Educação, localizadas em Brasília-DF.

1.2 – São partes integrantes deste instrumento:

1.2.1 Encarte “A” – Modelo: Planilha de Custos e Formação de Preços,

1.2.2 Encarte “A-1” – Modelo: Proposta de Preços;

1.2.3 Encarte “B” – Modelo de ordem de serviço,

1.2.4 Encarte “C” – Declaração de Vistoria,

1.2.5 Encarte “D” – Modelo para Autorização para Criação de Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação

1.2.6 Encarte “E” – Critérios de Sustentabilidade Ambiental e do Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

1.2.7 Encarte “F” – Modelo de Declaração de Parentesco;

1.2.8 Encarte “G” – “Check List”;

1.2.9 Encarte “H” – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

2. DO OBJETIVO

2.1 Esta contratação tem por objetivo atender às normas de segurança do Ministério da Educação, em Brasília/DF, no que concerne ao combate de [incêndios](#), prestação de [primeiros socorros](#) e evacuação de ambientes.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de manter no Ministério da Educação, de maneira contínua, segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndios, pânico e atendimento

emergencial de primeiros socorros aos servidores, prestadores de serviços e visitantes, e objetiva:

3.1.1 Suprir a falta de uma Brigada de Incêndio no Órgão, considerando que o MEC não possui servidores especializados no serviço em tela, atendendo, assim, às exigências legais e elevando os padrões de proteção às vidas e ao patrimônio;

3.1.2 Atender às demandas do Órgão concernentes ao abandono de área visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais e patrimoniais do sinistro;

3.1.3 Cumprir o disposto em legislação específica do CBMDF, que estabelece os critérios mínimos para a formação e prestação de serviço de Bombeiro Civil.

3.2 Observado o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, será adotado, excepcionalmente, o critério de remuneração da Contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação, haja vista a inviabilidade da adoção de aferição dos resultados. O CBMDF e a Lei nº 11.901, de 12 de Janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil, indicam a escala de serviços no formato 12x36 (12 horas de trabalho por 36 horas de descanso), tendo em vista que o serviço necessita do fator de prontidão e espera de eventuais sinistros.

3.3 Esta contratação pretende, também, atender ao disposto na Lei nº 11.901 de 12 janeiro de 2009, ajustando assim escalas e materiais de serviço à necessidade de execução ora proposta.

3.4 Quanto ao dimensionamento dos serviços, este foi balizado com a PORTARIA Nº 016 - CBMDF, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011, que em seu Anexo "A" indica a tabela de "Dimensionamento da Brigada de Incêndio em edificações", que é capaz de saber quantos brigadistas serão necessários às necessidades do Ministério da Educação fazendo uso da estimativa diária do número de pessoas de entram no MEC.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, enquadra-se como serviço comum, de caráter contínuo, e será realizada por Dispensa de Licitação, A forma de execução indireta e o regime de empreitada por preço global encontram amparo legal na IN nº 05, de 2017, art. 8º, c/c o inciso IV do art. 9º; no art. 10, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993 e, ainda, no Acórdão TCU nº 1.977/2013 – Plenário. **A contratação de remanescente** está legalmente amparada no art. 24, Inciso XI, da Lei n.º 8.666/93.

5. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS

5.1 A atuação da empresa Contratada compreende a execução dos serviços de segurança na prevenção e combate a incêndios, na prestação de [primeiros socorros](#) e evacuação de ambientes, bem como no desenvolvimento e manutenção de uma cultura prevencionista nas dependências da Contratante.

5.2 – Os serviços a serem executados pela Contratada compreendem ações de planejamento e acompanhamento, de prevenção e de emergência, conforme descrito abaixo:

5.2.1 – Ações de Planejamento e Acompanhamento:

1. avaliar a organização, estrutura, coordenação, formação, treinamento e supervisão das atividades do chefe de brigada e dos bombeiros civis, conforme o disposto na NT Nº 007/2011-CBMDF;
2. elaborar, atualizar e executar o Plano de Combate e Abandono (PCA), conforme estabelecido na NT Nº 007/2011-CBMDF;
3. elaborar e apresentar à Contratante os relatórios mensais dos serviços prestados.

5.2.2 Ações de Prevenção:

1. identificar e avaliar os riscos existentes;
2. elaborar relatório das irregularidades encontradas nos sistemas preventivos, com apresentação de eventuais sugestões para melhoria das condições de segurança;
3. dominar a técnica e tática para utilização dos equipamentos e sistemas de extinção de incêndio: mangueiras, extintores, chuveiros automáticos e CO₂;
4. conhecer a localização dos alarmes, extintores, caixas de incêndio, bem como da ligação do conjunto de bombas de pressurização da rede de hidrantes;
5. inspecionar periodicamente os equipamentos de proteção contra incêndio e as rotas de fuga, tal como comunicar ao fiscal do contrato, com a maior brevidade possível, quando detectada qualquer anormalidade;
6. analisar rapidamente a situação e utilizar os meios disponíveis para debelar o incêndio;
7. investigar a origem de qualquer anormalidade na edificação que seja indício de princípio de incêndio;
8. comunicar ao Chefe da Divisão de Segurança do MEC toda ocorrência irregular que verificar;
9. apresentar ao Chefe da Divisão de Segurança do MEC relatório formal das irregularidades encontradas, com propostas de medidas corretivas adequadas e de posterior execução;
10. testar periodicamente os equipamentos de combate a incêndio e afins;
11. avaliar e acompanhar as atividades de risco;
12. possuir condições de auxiliar o CBMDF, por ocasião de sua chegada, e fornecer dados gerais sobre eventual ocorrência, bem como promover o acesso rápido e fácil aos dispositivos de segurança;
13. efetuar rondas diárias e esporádicas em todas as instalações dos edifícios para verificar a existência de possíveis problemas que possam representar riscos de incêndio.

5.2.3 Ações de Emergência:

1. identificar e avaliar circunstâncias em dado momento;
2. acionar imediatamente o CBMDF;
3. verificar a transmissão do alarme e auxiliar na evacuação da edificação;
4. combater incêndios em sua fase inicial, por meio da utilização de materiais e equipamentos colocados à disposição da Contratada pela Contratante;
5. atuar no controle de pânico;
6. prestar primeiros socorros em casos de emergência;
7. interromper o fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo, quando da ocorrência de sinistro;
8. ter condições de auxiliar o CBMDF, por ocasião de sua chegada, fornecendo dados gerais sobre a ocorrência, bem como promovendo o acesso rápido e fácil aos dispositivos de segurança.

5.3 – Dos quantitativos de profissionais a serem contratados:

5.3.1. Para fins de execução dos serviços, a empresa deverá fornecer Brigada de Incêndio constituída por postos de Chefe de Brigada e Bombeiros Civis, distribuídos segundo as categorias, escalas, jornadas de trabalho, quantidade de profissionais, conforme abaixo:

Item	CATEGORIA	ESCALA	Ritmo de trabalho	Posto Sede	Posto Anexo	Posto CNE	TOTAL DE POSTOS
1	Bombeiro Civil	Diurna	Ininterrupta das 7h às 19h	2	2	2	6

		12x36 horas					
2	Bombeiro Civil	Noturna 12x36 horas	Ininterrupta das 19h às 7h	2	2	-	4
3	Chefe da Brigada	Diurna 12x36 horas	Ininterrupta das 8h às 20h	1	-	-	1
Totais							11

* O Chefe de Brigada deverá atender a todos os postos de trabalho.

OBS: Os profissionais deverão atender em escala de 12h trabalhadas por 36 horas de descanso.

5.3.1.1 Deverá haver um profissional da Contratada diariamente nos postos de trabalho relacionados no subitem 5.3.1. Para o pronto atendimento, a Contratada deverá dimensionar a escala de serviços, no intuito de garantir todos os dias do mês a permanência de profissional no posto de trabalho.

5.3.1.2 Caberá à empresa Contratada determinar o quantitativo de profissionais, considerando que a tabela de 5.3.1 indica o quantitativo de postos de trabalho. A empresa deverá atender ao estabelecido neste Projeto Básico, não podendo o posto de trabalho ficar descoberto sob qualquer hipótese.

5.3.2 As escalas, cargas horárias e respectivos horários de trabalho deverão observar o disposto na Lei nº 11.901/09 e na Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE de número DF000128/2012. Devem cumprir, ainda, as condições da Categoria e atender à CLT.

5.4 Ficará a cargo da empresa prever a cobertura das horas excedentes na planilha de custos, visando o cumprimento do Art. 5º da Lei 11.901/09, a saber: *“a jornada do Bombeiro Civil é de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, num total de 36 (trinta e seis) horas semanais”*.

5.5 O Chefe da Brigada atuará na prevenção e no combate a incêndios e será responsável pela brigada de incêndio na execução das suas atribuições definidas na NT 007/2011–CBMDF e no PPCI. Cumprirá carga horária mínima de 36 horas semanais, em escala de 12x36. O cronograma de horário deverá ser, em princípio, de 8h às 20h.

5.5.1. A lotação dos Chefes de Brigada será no edifício Sede, no entanto, exercerão, em conjunto, as atividades de comando, orientação e fiscalização da atuação dos Bombeiros Civis lotados e em exercício nas demais dependências do MEC. Serão responsáveis, também, pela realização de vistorias, em períodos pré-determinados, nas áreas pertencentes ao Ministério localizadas nos endereços citados no presente Projeto Básico.

5.5.2 O horário estabelecido para a prestação dos serviços da Brigada poderá ser alterado a critério da Contratante, independente de Termo Aditivo, desde que obedecida a carga horária regulamentar e definida neste Projeto Básico.

5.5.3. É de responsabilidade da empresa Contratada eventuais aumentos do quantitativo de profissionais para cobrir os postos de trabalho nos horários estabelecidos, em decorrência de restrições legais da carga horária de trabalho dos brigadistas.

5.6 Do fornecimento de uniformes, equipamentos e materiais:

5.6.1 A Contratada deverá manter os funcionários devidamente identificados e uniformizados, de forma condizente com o serviço a executar, e fornecer Equipamentos de Segurança e de Proteção Individual (EPIs), Proteção Coletiva (EPC's), Ferramentas e Materiais, necessários ao adequado desempenho das atividades profissionais Contratadas.

5.6.2 Para o Chefe de Brigada e para cada um dos Bombeiros Civis, em atendimento ao disposto no subitem 4.5.1.1 da NT nº 007/2011-CBMDF, conforme “Tabela 2-Uniformes” abaixo, serão fornecidos,

ainda, aparelhos de comunicação por rádio ou telefonia celular, no mínimo de 1 (um) aparelho por posto de serviço.

Tabela 2 – Uniformes

Ordem	Descrição dos itens do Uniforme	Quantidade por pessoa
1	Pares de meias.	02
2	Camisetas em algodão gola oval	02
3	Calça em tecido Rip Stop (anti-chamas).	02
4	Gandola em tecido Rip Stop (anti-chamas)	02
5	Par de coturno	01
6	Japona em tecido Rip Stop	01
7	Cinto	01
8	Lanterna de led e à prova d'água.	01
9	Cinto de segurança tipo bombeiro.	01
10	Par de luvas em vaqueta com elástico de ajuste embutido.	01

OBS: Os uniformes devem atender ao disposto na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria de Brigadista conforme registro no MTE nº DF000128/2012 e na Norma Técnica do CBMDF nº 07/2011.

5.6.3 A Contratada deverá fornecer os uniformes completos, novos e dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis, e providenciar a substituição dos itens constitutivos sempre que estes apresentarem defeitos, desgastes ou estiverem com o prazo de validade exigido pelo fabricante expirado, sem qualquer custo adicional para o MEC.

5.6.3.1 - Não poderá ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de trabalho, nem ser exigido a devolução do uniforme usado por ocasião da entrega de novos.

5.6.3.2 – Os uniformes devem ser repostos a cada 6 (seis) meses ou conforme indicação da convenção coletiva de trabalho.

5.6.3.3 – No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.6.3.4 – Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.6.4 A Contratada deverá fornecer, dentro de 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato, materiais de primeiros socorros para uso pelos Bombeiros Civis em suas atividades, bem como materiais de

salvamento, ferramentas e equipamentos conforme relação abaixo:

Tabela 3 – Materiais de Salvamento

Materiais de Salvamento	Quantidade	Medida
Aparelho de respiração autônomo, para uso profissional, com capacidade de tempo de uso mínima de 50 minutos.	05	unidade
Cabo para resgate com 100 metros de comprimento.	05	unidade
Cabos de vida com 4,5 m de comprimento.	05	unidade
Capa de chuva plástica, impermeável, em PVC forrado ou forro em trevira, na cor laranja, com capuz e manga comum e comprimento abaixo dos joelhos, com faixa refletiva na altura das costas, tórax e punhos.	10	unidade
Capacete em fibra de vidro.	10	unidade
Escada em fibra de vidro ou em alumínio, com pé e 6 (seis) degraus emborrachados.	05	unidade
Fita zebrada plástica utilizada para isolamento em áreas de acidente nas cores amarela e preta, dimensões de 07 cm x 200 m.	05	rolo
Lanterna de mão tipo farolete com capacidade de luminosidade de 500.000 velas, com recarregador e transformador bivolt automático.	05	unidade
Luvas de alta tensão.	05	unidade
Máscaras individuais com filtro.	10	unidade
Megafone com potência regulável, alcance de 1km em zona rural e 500 m em zona urbana, autonomia de 15 horas.	05	unidade
Mosquetão simétrico confeccionado em aço de alta resistência, com trava em rosca e capacidade mínima de ruptura de 3.000 kg.	05	unidade
Óculos de proteção individual para operações de trabalho sujeitas a partículas e poeiras como, atendimento	10	unidade

emergencial, lixamento, pintura, serralheria, corte de metais.		
--	--	--

5.6.5 – A Contratada deverá fornecer os materiais de salvamento e providenciar a substituição dos itens constitutivos sempre que estes apresentarem defeitos, desgastes ou estiverem com o prazo de validade exigido pelo fabricante expirado, sem qualquer custo adicional para o MEC.

Tabela 4 – Ferramentas para Arrombamento e Auxílio ao CBMDF

Ferramentas	Quantidade	Medida
Alicate bico meia cana 6 polegadas.	05	unidade
Alicate corte diagonal 6 polegadas.	05	unidade
Alicate universal 8 polegadas.	05	unidade
Aparelho tipo croque para bombeiros, com três elementos com acoplamento por pino de travamento.	05	unidade
Arco de serra fixo de 12”.	05	unidade
Chave de fenda teste, com “neon”, de 100 a 500 Volts.	05	unidade
Chaves de fenda: 1/8 x 4”, 3/16 x 4” e 1,4 x 5”.	05	jogo
Chaves Philips: 1/4 x 4”, 1/4 x 6”, 1/8 x 3” e 3/16 x 3”.	05	jogo
Facão de 18 polegadas, em aço carbono, com cabo em polipropileno.	05	unidade
Lâmina para arco de serra fixo de 12”.	05	unidade
Machado para bombeiro, com cabeça chata, cunha de ferro cortante e cabo de madeira.	05	unidade
Marreta de 5 kg, com base polida, cabo curto de madeira fixado com cunhas metálicas	05	unidade
Martelo de aço com cabo de madeira e mínimo de 250 mm de comprimento.	05	unidade
Pé de cabra 3/4" x 80cm.	05	unidade

Talhadeira em aço especial com empunhadura.	05	unidade
Tesoura para corte de ferro (corta vergalhão).	05	unidade

5.6.6 – A Contratada deverá fornecer as ferramentas que serão distribuídas em cada um dos postos de serviços, providenciar a substituição dos itens constitutivos sempre que estes apresentarem defeitos, desgastes ou estiverem com o prazo de validade exigido pelo fabricante expirado, sem qualquer custo adicional para o MEC.

Tabela 5 – Materiais de Primeiros Socorros

Materiais de Primeiros Socorros	Quantidade	Medida
Abaixador de língua (espátula de madeira) descartável, formato convencional liso, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento, 1,4 cm de largura e 0,5 mm de espessura, em pacote com 100 peças.	05	pacote
Água oxigenada 10 volumes, embalada em frasco contendo 1000 ml.	05	frasco
Álcool etílico a 70% P/V, para superfícies fixas, antissepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000 ml.	05	frasco
Álcool iodado, para superfícies fixas, antissepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000 ml.	05	frasco
Algodão hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo, com aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca, peso líquido de 500 gramas.	05	pacote
Aparelho de pressão digital, com inflagem manual, indicação para pressão arterial e batimentos cardíacos, com bateria sobressalente.	05	unidade
Atadura de crepe, de 6 cm x 3 m, 10 cm x 4,5 m, 15 cm x 4,5 m, cor natural, com 13 fios, constituído de fios de algodão	05	rolo

cru, bordas devidamente acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos.		
Atadura elástica de 10 cm x 4,5 m, com acabamento especial para aumento da durabilidade, da pressão do enfaixamento, com ótimo nível de estiramento.	05	rolo
Cadeira de rodas adulto em alumínio, com pintura eletrostática; dobrável em “x”; sistema de duplo “x”; encosto padrão em nylon reforçado; assento em nylon reforçado com velcro para fixação da almofada; acompanha almofada com capa removível e fechamento em zíper, em espuma de alta densidade com 3cm de altura, forrada em nylon e com velcro para fixação no assento; faixa de panturrilha; braços escamoteáveis; rodas traseiras removíveis de 24” e com aros de propulsão e pneus infláveis; rodas dianteiras de 6” com rolamentos blindados e pneus maciços; eixos de aço reforçado; freio bilateral; protetor de roupas fixo; pedais removíveis em 90°, com apoio de pé rebatível e ajustável na altura; capacidade de até 120 kg; peso 12 a 13 kg.	05	unidade
Cobertura metálica reutilizável em polipropileno, textura flexível com bordos galonados para maior resistência e dimensões de 1,5 x 2 metros aproximadamente.	05	unidade
Colar cervical, confeccionado em polipropileno, sem emendas, nem presença de metais condutivos, apresentando baixo peso e propriedade radioluminescentes, suporte adaptável a qualquer forma e tamanho de mandíbula, com aberturas laterais que permitem maior conforto e ventilação ao paciente.	05	unidade
Colete Imobilizador Cervical (tipo Ked), em material tipo nylon, que ofereça imobilização total, desde a cabeça até a região da cintura pélvica, devendo ter 3 tirantes em cores diferentes (verde, amarela e vermelha) para imobilização do tórax, e 2 para fixação da testa e queixo, com almofada para apoio da cabeça, acondicionando em sacola própria para o transporte.	05	unidade

Curativo micro poroso, que permite respiração da pele, evaporação de suor e umidade, mantendo a pele seca e fresca, resistente à água. Tamanhos: 19 mm x 75 mm, 15 mm x 57 mm, 9 mm x 38 mm, em caixa com 30 unidades.	05	caixa
Esparadrapo impermeável, confeccionado em tecido apropriado, cor branca, medindo 2,5 cm x 4,5 m, com flexibilidade suficiente para adaptar-se às dobras da pele sem que ocorra excessiva pressão ou fácil desprendimento, remoção sem deixar resíduos ou manchas na superfície, enrolado em carretel plástico.	05	rolo
Estetoscópio para auscultação, olivas em plástico resistente, com acabamento sem rebarbas, conjunto biauricular em metal cromado, resistente e flexível, na curvatura do tubo em "Y".	05	unidade
Gaze esterilizada, medindo 7,5 x 7,5 cm, 13 fios, com 8 dobras, confeccionada com fios 100% algodão hidrófilo, em pacote com 10 unidades.	05	pacote
Hastes flexíveis de plástico ou polipropileno, com algodão firmemente aderido nas pontas, medindo de 7 a 8 centímetros, em caixa com 150 unidades.	05	caixa
Lanterna halógena clínica com lente pré-focada com campo de iluminação claro para avaliar pupilas.	05	unidade
Luva de látex para procedimento hospitalar, descartável, ambidestra, punhos longos, com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência, tamanho médio, em caixa de 100 unidades..	05	caixa
Maleta de emergência para transporte dos materiais, confeccionada em nylon resistente, estofada, nas cores padrão azul ou laranja.	05	caixa
Máscara descartável para respiração boca-a-boca.	10	unidade
Máscara cirúrgica descartável, formato retangular, com elástico, de polipropileno, cor branca, em caixa com 50 unidades.	05	caixa

Óculos de segurança em acrílico resistente.	10	unidade
Padiola dobrável no padrão (1,90 m x 0,60 m), com 3 cintos para afixar a vítima, confeccionada com material de alta qualidade com resistência mínima de 150 kg, em lona impermeável.	05	unidade
Pinça anatômica, em aço inox, medindo 14 cm de comprimento.	05	unidade
Pinça mosquito curva, em aço inox, medindo 12 cm de comprimento.	05	unidade
Pomadas para torção em tubo 100 gramas	05	tubo
Prancha de compensado naval rígido de 15 mm de espessura mínima, com acabamento em verniz medindo 1,75 a 1,80 m x 45 a 47cm, com três tirantes de 3 metros, para imobilização do tórax, abdome e das pernas, com fivelas de soltura rápida; velcro com largura mínima de 5 cm, acompanhando a prancha.	05	unidade
Saco plástico para lixo hospitalar branco leitoso resistente com capacidade para 15 litros, pacote com no mínimo 10 unidades	05	unidade
Soro fisiológico de 0,9%, em embalagem plástica de 500 ml.	05	frasco
Termômetro clínico digital, com “beep” sonoro, visor grande, desligamento automático.	05	unidade
Tesoura cirúrgica com ponta aguda, reta, confeccionada em aço inox, medindo 15 cm de comprimento.	05	unidade
Tesoura sem ponta, reta, confeccionada em aço inox, medindo 10 cm de comprimento.	05	unidade
Tintura de iodo a 2%, embalagem em frasco contendo 1000 ml.	05	frasco

5.6.7 – A Contratada deverá fornecer os materiais de primeiros socorros e providenciar a substituição dos itens constitutivos sempre que apresentarem defeitos, desgastes ou estiverem com o prazo de validade exigido pelo fabricante expirado, sem qualquer custo adicional para o MEC.

6. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços serão executados nas seguintes instalações prediais do Ministério da Educação, localizados em Brasília - DF:

6.1.1 Edifício Sede do MEC, situado na esplanada dos Ministérios, Bloco L.

6.1.2 Edifício Anexo I - Via N2 Leste, Asa Norte.

6.1.3 Edifício Anexo II - Via N2 Leste, Asa Norte.

6.1.4 Instalações do Edifício Garagem do MEC, situado ao SGM Via N3 – Bloco “A” – Asa Norte.

6.1.5 Edifício do Conselho Nacional de Educação/CNE, situado à SGAS 607 sul lote 50 – Asa sul.

6.1.6 Edifício SIA, Trecho III, Lote nº 1210, Setor de indústrias (SIA), Guará/ DF

7. DA ESTIMATIVA DE CUSTO PARA OS SERVIÇOS

7.1 Os preços máximos aceitáveis pela Administração estão estimados em R\$2.505.249,11 (dois milhões quinhentos e cinco mil duzentos e quarenta e nove reais e onze centavos).

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução dos serviços contratados correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, para o exercício de 2018, Elemento de Despesa 33.90.37 – Serviços de brigada de incêndio, subitem 07, que serão empenhadas, nos termos da Lei.

8.2 As despesas para os anos subsequentes, em caso de prorrogação, estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, a ser consignada ao MEC na Lei Orçamentária da União.

9. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO, VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 Os serviços objeto deste Projeto Básico, serão formalizados em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas as condições para sua execução, os direitos e obrigações entre as partes, em atendimento aos dispositivos normativos vigentes.

9.2 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (meses) a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

9.3 Após a homologação da contratação, o adjudicatário terá o prazo de 2 dias úteis para assinar o contrato, a contar da convocação deste Ministério, conforme art. 64 da Lei 8666/93.

9.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência

postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

9.5 O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta *on-line* ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

9.7 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Projeto Básico, edital e anexos.

9.8 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outra participante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais

9.9 Quando da Contratação, a empresa deverá apresentar autorização para criação de conta vinculada do FGTS dos trabalhadores da Contratada, em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 03, de 15 de abril de 2009.

9.10 O início da execução contratual só ocorrerá mediante a apresentação da garantia, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura da avença contratual, em atendimento ao Memorando-Circular 31-SAA/GAB (0772547) .

10. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1 O início da execução contratual só ocorrerá mediante a apresentação da garantia contratual, em atendimento ao Memorando-Circular 31 – SAA/GAB (0772547).

10.2 Os serviços serão executados e medidos mensalmente.

10.3 Todos os membros da Brigada serão submetidos a controle de frequência nos locais de execução dos serviços.

10.4 Será organizado Livro de Ocorrências, assinado pelo Chefe de Brigada, Bombeiros Civis do respectivo turno e Fiscal do Contrato, no qual, diariamente, serão registrados os fatos e irregularidades ocorridas, bem como a hora da ocorrência.

10.5 A Contratada deverá instalar a Brigada de Incêndio nos locais de execução dos serviços, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do Contrato.

10.6 Nos primeiros 15 (quinze) dias úteis, contados da instalação dos recursos para funcionamento da brigada de incêndio (NT nº 007/2000–CBMDF), a Contratada elaborará o Plano de Combate e Abandono (PCA), dos locais de execução dos serviços, que será encaminhado para a Diretoria de Serviços Técnicos (DST) do CBMDF e, posteriormente, para a Contratante, com o devido comprovante de entrega/autenticação da DST/CBMDF.

10.7 Até o quinto dia do mês seguinte, a Contratada elaborará e encaminhará para a Contratante relatório dos serviços executados no mês anterior, devidamente assinado, inclusive pelo Chefe de Brigada, com as respectivas folhas de ponto individuais (aferidas por relógio de ponto eletrônico) e os comprovantes de recolhimento de encargos sociais e trabalhistas.

10.8 Os serviços medidos corresponderão, obrigatoriamente, ao discriminado e quantificado conforme o item acima e ao constante dos controles de frequência e fornecimento de equipamentos e materiais, refletindo, ainda, as ocorrências registradas em livro próprio.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado mensalmente, após atesto do fiscal, com base na conferência da documentação, planilha financeira e ordem de serviço, encaminhados conforme ENCARTE “G” - “*Check List*”, mediante emissão de ordem bancária para crédito em conta da Contratada e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativas dos serviços que foram efetivamente empregados, indicando as quantidades, valores unitários e totais, com desconto, quando houver, além do comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas, conforme IN SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, em :

11.1.1 ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu §1º; ou

11.1.2 a trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos.

11.1.3 Constatada, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, situação de irregularidade do fornecedor contratado, será adotado o procedimento previsto no §4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

11.1.4 As Notas Fiscais deverão ser eletrônicas (NF-e) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

11.1.5 Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

11.1.6 Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

11.2 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa pelo representante do Contratante e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações: da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93.

11.4 No caso de eventual atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

e

$$EM = I \times N \times VP,$$

Sendo que:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

11.5 Estarão sujeitos à retenção na fonte, quando couber, os seguintes tributos:

11.5.1 Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

11.5.2 Contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

11.5.3 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e demais legislação vigente.

11.6 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

11.6.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas;

11.6.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

11.7 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

11.8 Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da Contratada junto ao Sistema unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta *on-line*, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

11.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

11.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.11 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

11.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.13 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.

11.14 Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas

obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

11.15 Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16 A Contratante fará o desconto nas faturas e realizará o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando esses não forem adimplidos, nos termos do inciso V, do art. 19-A da Instrução Normativa MPOG nº 02, de 2008, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.17 A Contratante realizará provisões, destacadas do valor mensal do contrato, para pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e as verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela Administração em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, conforme disposições do art. 19-A e demais exigências constantes do Anexo VII da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 02/2008, atualizada.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo o período de vigência do Contrato.

12.2 Atender às condições estabelecidas neste Projeto Básico.

12.3 Responsabilizar-se pelos serviços objeto deste Projeto Básico, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades vierem a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros;

12.4 Obter as licenças, aprovações e autorizações necessárias à execução dos serviços, pagando os emolumentos legalmente prescritos e observando as normas de posturas aplicáveis.

12.5 Recompôr os danos causados à Administração ou a terceiros, causados por ela, seus empregados e prepostos, sem quaisquer ônus para a Contratante, na forma do artigo 70, da Lei 8.666/93;

12.6 Fornecer todo o pessoal e material necessário à execução do objeto contratado, conforme definido neste Projeto Básico e NT Nº 007/2000–CBMDF, mantendo-o devidamente treinado e capacitado, prevendo para este fim em sua proposta, no mínimo, cinco por cento incidentes sobre o valor da mão de obra, impondo-lhe rigoroso padrão de qualidade e eficiência.

12.7 Manter a Contratante, durante e após a vigência deste Contrato, à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, seja a que título for, sendo a Contratada, em qualquer circunstância, nesse particular, considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por quaisquer ônus que a Contratante venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

12.8 Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma deste contrato; a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas com o consentimento prévio e por escrito da Contratante;

12.9 Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da Contratante;

12.10 Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;

12.11 Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes dos serviços realizados e, também, sobre as demais informações internas da Contratante;

12.12 Não deixar de executar qualquer atividade, inclusive vistorias, necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, não sendo aceitas justificativas de falhas ou omissões sob pretexto de não ter sido executado, anteriormente, qualquer tipo de procedimento;

12.13 Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela Contratante sobre os serviços contratados, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Projeto Básico;

12.14 Elaborar e apresentar documentação dos serviços executados, nas datas estabelecidas, visando homologação da mesma pela Contratante;

12.15 Providenciar a substituição imediata dos profissionais alocados ao serviço que não possuam a qualificação mínima exigida, ou por solicitação devidamente justificada pela Contratante;

12.16 Implementar rigorosa gerência de contrato com observância a todas as disposições de serviços constantes deste Projeto Básico;

12.17 Disponibilizar, nos locais indicados pela Contratante, armários em quantidades suficientes para a guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas, uniformes, e objetos pessoais dos profissionais.

12.18 Utilizar o sistema de registro eletrônico de ponto, com emissão de recibo ao utilizador, conforme disciplina a Portaria nº 1.510/2009 do TEM. Esse registro deve atender às normas do Ministério de trabalho e, também, produzir relatório de acompanhamento diário dos horários de entrada e saída de cada prestador de serviços, o qual poderá solicitado todo dia ou em frequência diária, objetivando o devido acompanhamento da fiscalização. O local de instalação deve atender à indicação da fiscalização, ser de fácil acesso e, preferencialmente, nas portarias.

12.19 Indicar preposto designado para representá-la durante a prestação dos serviços.

12.20 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais vigentes e em conformidade com o disposto neste Projeto Básico.

12.21 Fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Projeto Básico.

12.22 Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, com formação técnica adequada ao exercício das funções Contratadas, obedecidas as exigências de formação conforme a lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, e demais normas pertinentes.

12.23 Submeter ao Contratante, por meio do fiscal do contrato, por escrito, os nomes dos empregados em atividade nas dependências da prestação dos serviços, mencionando endereço, telefone e etc., bem comprovar o vínculo empregatício, dando prévio conhecimento de alterações porventura advindas.

12.24 Conceder aos empregados vale alimentação/refeição, vale transporte e/ou qualquer outro benefício, considerando o disposto em Convenção Coletiva de Trabalho em vigor das respectivas categorias, bem como na Lei nº 7.418/1985 e no Decreto nº 95.247/1987 e atualizações

12.25 Fornecer e exigir dos empregados a utilização de todos os equipamentos de segurança previstos nas normas regulamentares, afastando do serviço aqueles empregados que se recusarem a utilizá-los.

12.26 Fornecer aos seus empregados uniformes e crachás e mantê-los, quando em serviço, devidamente identificados com fotografias recentes.

12.27 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato a ser assinado, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço e demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Contratante.

12.28 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado com conduta considerada inconveniente pela Administração

12.29 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do Contratante.

12.30 Responder, no que concerne aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas legalmente.

12.31 Encaminhar à unidade fiscalizadora, mensalmente, as faturas dos serviços prestados, com a relação nominal dos empregados e os comprovantes exigidos no Anexo VIII-B da Instrução Normativa 5/20017, considerando que, para o cumprimento dessa obrigação, deverão ser entregues as cópias dos comprovantes do mês anterior ao mês de referência da fatura.

12.32 Manter seus empregados sujeitos às normas de Segurança do Trabalho, além das normas disciplinares do MEC, uma vez que não terão vínculo empregatício com o Contratante.

12.33 A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.34 Observar a proibição de contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante durante a vigência deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei do Nepotismo (Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010).

12.35 Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, cartão cidadão ou outro cartão equivalente que possibilite a consulta e recebimentos de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

12.36 Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela Internet;

12.37 Caso o empregado não tenha o interesse em possuir o cartão cidadão ou outro cartão que possibilite a consulta e recebimentos de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável, bem como acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela Internet, deverá a Contratada apresentar documento assinado pelo trabalhador que ateste esta decisão;

12.38 Manter número de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados;

12.39 Pagar salários e demais verbas trabalhistas em conta bancária aberta em agências situadas na localidade ou região metropolitana na qual serão prestados os serviços.

12.40 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.41 As empresas Contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e

c) exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;

d) os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

12.42 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.43 Autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.44 Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

12.45 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

12.46 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

12.47 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

12.48 Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

12.49 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.50 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS,

12.51 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.52 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.53 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

- 12.54** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.55** Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MP n. 02/2008.
- 12.56** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.57** Não incluir nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.58** Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 12.59** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.60** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Projeto Básico, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 12.61** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 12.62** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.63** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;
- 12.64** Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da contratação;
- 12.65** A Contratada deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações acima previstas, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível. Os empregados, também, deverão ser orientados pela Contratada a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.
- 12.66** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.67** Caso a Contratada não possua instalações no Distrito Federal, deverá apresentar declaração no sentido de que instalará no Distrito Federal, em até 30 dias após a assinatura do contrato, escritório adequado (no mínimo uma sala), contendo pelo menos, os seguintes recursos: 1 (um), telefone fixo; 1 (uma) impressora multifuncional, computador com acesso à internet, mesas e cadeiras suficientes para seus funcionários, cujo local estará sempre em funcionamento nos dias úteis, em horário comercial.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das disposições do presente Projeto Básico, por meio de servidor designado, registrando em relatório as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, notificando a empresa sobre as falhas, faltas ou defeitos existentes e determinando prazo para a regularização destas.

13.2 – Facilitar a execução do objeto do presente Projeto Básico, permitindo o acesso dos empregados da empresa Contratada às dependências onde serão executados os serviços.

13.3 – Comunicar à empresa Contratada qualquer anormalidade na execução do objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento do serviço, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Projeto Básico, no Edital e no Contrato.

13.4 – Fornecer à empresa Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos serviços.

13.5 Colocar à disposição da Contratada local para armazenar os materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução do serviço contratado, bem como para as instalações de operação e controle das atividades.

13.6 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as providências necessárias.

13.7 Recusar, no todo ou em parte, sem ônus para o MEC, com a devida justificativa, o serviço fornecido em desacordo com as especificações e condições previstas neste Projeto Básico.

13.8 Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da empresa Contratada que ofereça óbice para a supervisão e fiscalização dos serviços e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições a ele designadas e cuja permanência seja considerada prejudicial ou insatisfatória aos interesses do Contratante.

13.9 Verificar a regularidade da empresa Contratada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, antes de cada pagamento.

13.10 Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento de encargos sociais, benefícios ou qualquer outro documento que julgar necessário.

13.11 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

13.12 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.13 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MP N. 02/2008.

13.14 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.15 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

- b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

13.16 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §5º, d, I e §8º da IN SLTI/MP n. 02/2008.

13.17 Quando da apresentação da planilha de custos e formação de preços, inseridos no item 15 deste Projeto Básico, deverá a Contratante fiscalizar se o número de funcionários alocados por posto de trabalho atende as regras legais da categoria, e ainda, as regentes da presente contratação.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores especificamente designados, por Portaria do Subsecretário de Assuntos Administrativos, como Representantes da Administração, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, dirimindo as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dando ciência à empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o Contrato, tais como:

- a) verificar, junto à Contratada e seu preposto, se estão sendo tomadas todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços;
- b) emitir pareceres em todos os atos da empresa Contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão contratual do contrato;
- c) acompanhar a entrega dos uniformes, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- d) solicitar as substituições (coberturas) quando julgar necessárias; e
- e) verificar a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, devendo a execução completa do contrato ser considerada concluída somente após o pagamento de tais obrigações.

14.2 Além das disposições constantes deste item, e observadas às disposições das obrigações da Contratada deste Projeto Básico, a fiscalização contratual deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008, com suas alterações;

14.3 A fiscalização, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo;

14.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, conforme dispõe o art. 34 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008, com suas alterações;

14.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub-dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6 A fiscalização do contrato, também, poderá solicitar à Contratada os extratos de depósitos ou recolhimentos de INSS e FGTS efetuados em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

14.7 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.8 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais será exigido, no que couber, as comprovações de que trata o § 5º do art. 34 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008, com suas alterações.

14.9 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessária.

14.10 A administração poderá rejeitar, no todo, ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o MEC, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos, no Contrato e na sua Proposta.

14.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.12 Quando da rescisão contratual, o fiscal deverá verificar o pagamento, pela Contratada, das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13 Até que a Contratada comprove o disposto no item anterior, a Contratante deverá reter a garantia e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a Contratada não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto nos incisos IV e V do art. 19-A da IN/SLTI/MP nº 02/2008, atualizada.

14.14 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da Contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

14.15 O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade Contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

14.16 Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

14.17 Para tanto, conforme previsto neste Projeto Básico, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

14.18 Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização. 6-O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.

14.19 Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

14.20 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, bem como a falta de recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 2º, §2º, III da Portaria MP nº 409, de 2016 e nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.21 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a Contratada deverá entregar no prazo de 15 dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculada as individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.22 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações, trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

15. DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1 A empresa participante deverá apresentar Planilha de Custo e Formação de Preço, de conformidade com Encarte "A", contendo descrição detalhada do objeto ofertado, devendo estar de acordo com as quantidades, especificações técnicas e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

15.1.1 Conjuntamente com a planilha apresentada pela empresa, a participante deverá apresentar a escala de serviços adotada que indicará o quantitativo de profissionais. A escala deve ser concisa e expressar a maneira pela qual a empresa organizará seus funcionários para atendimento nos postos de trabalho. É estabelecido que a categoria cumpre jornada de trabalho 12x36 (12 horas de trabalho por 36 de descanso), dessa maneira, cada funcionário trabalhará 3 (três dias) por semana, uma dupla atenderá a 6 (seis) dias na semana, faltando 1 (um) dia de trabalho, isto posto, a escala explicará como a participante atenderá a essa condição. Tendo em vista que há diversas formas legais de atendimento à condição supracitada, fica a cargo da empresa o dimensionamento para que seja atingido o menor preço.

15.2. A participante será julgada pelo critério de menor preço global, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15.3 A empresa deverá enviar Proposta Comercial, conforme o modelo constante no ENCARTE A e Encarte A-1 deste Projeto Básico, contendo os seguintes requisitos.

15.3.1 Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

15.3.2 Nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa para efeito de pagamento;

15.3.3 Nome ou razão social do proponente, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como: estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa.

- 15.4** Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, materiais, bens, taxas, fretes e quaisquer outras que incidam direta e indiretamente na execução do objeto.
- 15.4.1** Conforme súmula TCU 254/2010, o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não devem constar da composição de preços
- 15.5** Para os valores cotados a empresa deverá apresentar planilha demonstrativa dos custos da categoria profissional, além dos parâmetros e memória de cálculos utilizados para obtenção dos resultados, conforme modelo Encarte A e A-I, observado o piso salarial da categoria profissional e a carga horária estabelecida neste Projeto Básico. O período para composição de preço da planilha modelo do encarte “A” é mensal.
- 15.6** Deverão ser indicados, na Planilha de Custos e Formação de Preços, os sindicatos, os acordos coletivos ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.
- 15.7** Na cotação do vale-transporte deverá ser observado o disposto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987, bem como na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria Profissional.
- 15.8** Entregar a Declaração de sustentabilidade conforme Encarte “E”, sob pena de desclassificação no certame.
- 15.9** Entregar o Encarte H - Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;
- 15.10** A proposta deverá ser confeccionada para preços de atuação em Brasília.
- 15.11** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 15.12** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 e na instrução normativa nº 2/2008, artigo 23.
- 15.13** Não serão aceitos preços irrisórios e/ou inexecuíveis, cabendo à Administração a faculdade de promover verificações ou diligências que se fizerem necessárias nos termos do § 3º do art. 29 da IN SLTI/MPOG Nº 2/2008, objetivando, comprovação da regularidade da cotação ofertada.
- 15.14** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- 15.15** Serão desclassificadas as propostas que não atenderam às exigências presente neste Projeto Básico e respectivo Edital/Contrato, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- 15.16** A participante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, caso seja solicitado, dentre outros documentos: cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 15.17** Poderá, a critério da administração, ocorrer diligências para verificação das informações apresentadas na proposta.

16. DAS SANÇÕES

- 16.1** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e

será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e demais cominações legais a participante vencedora que:

- a) apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal ou fizer declaração falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- e) não manter a proposta e não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
- h) ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as participantes, em qualquer momento da contratação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente contratação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação de outras penalidades, nos termos dos incisos I a III do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

16.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de contratar a participante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

16.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

16.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à empresa vencedora o contraditório e a ampla defesa.

16.7. Sem prejuízo das sanções previstas no item 16.1, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º ao 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destacam-se as possíveis aplicações:

16.7.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.7.2. multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão Contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela

administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

f) Suspensão temporária do direito de participar de contratação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

16.8. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

16.9. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.10. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

16.11. Caso a Contratada descumpra quaisquer condições do Projeto Básico poderá a Contratante aplicar multa de 1% do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito à ampla defesa e do contraditório.

16.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

16.14 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.15. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1 apresentar **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, firmado(s) por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou privado, comprovando que a participante prestou ou presta serviços de Segurança contra Incêndios compatíveis com os serviços requeridos neste Projeto Básico.

17.2 apresentar **CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO (CRD)**, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para desempenho, especificamente, das atividades relacionadas a bombeiros civis.

17.3 apresentar **DECLARAÇÃO QUE NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO** disponibilizará um Engenheiro de Segurança do Trabalho, com registro na entidade de classe profissional competente, ou

um Oficial do CBMDF da reserva remunerada, conforme exigência da Norma Técnica nº 007/2000-CBMDF, o qual será designado responsável técnico pela execução dos serviços.

17.4 Indicar as instalações técnicas e pessoal técnico necessário para a perfeita execução dos serviços, nos termos do art. 30, inciso II da Lei nº 8.666/93.

17.5 Comprovação de que tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto contratado por período não inferior a 3 (três) anos

17.6 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos prevista no item 17.5, será aceito o somatório de atestados.

17.7 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

17.8 A participante, caso solicitado, deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.

18. DA VISTORIA

18.1 Poderá ser realizada vistoria, pelos participantes, nos locais onde serão executados os serviços, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data da contratação, com o fim de identificação dos elementos necessários para a formulação de propostas.

18.1.1 Todavia, ainda que não obrigatória, a opção pela não realização da vistoria não poderá ser utilizada para justificar quaisquer falhas ou omissões em suas propostas, bem como eximir-se de responsabilidade que desse fato decorra, durante a vigência do contrato.

18.2 A vistoria somente será realizada das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, e deverá ser agendada, previamente, junto à Divisão de Segurança, pelo(s) telefone(s) (61) 2022-7125 ou 2022-7130.

18.3 No caso da realização de vistoria, será lavrado o respectivo Termos de Vistoria, conforme modelo do ENCARTE "C", o qual, devidamente preenchido, autenticado e assinado pelo funcionário da CGRL/SAA designado para tanto e pelo Responsável Técnico da participante, será entregue a este para, oportunamente, comprovar a sua realização junto à Contratante.

19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

19.2. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

19.3. Cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente ao percentual 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, dentre uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93,

sob pena de sujeitar-se a aplicação de multa (s) c/c a sanção de impedimento de licitar e contratar com o órgão Contratante.

20.1.1 A garantia poderá ser utilizada inclusive para pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, limitada ao equivalente a dois meses do custo da folha de pagamento dos empregados da Contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, com prazo de validade de até noventa dias após o encerramento do contrato.

20.2 No caso de apresentação de garantia na modalidade de “FIANÇA BANCÁRIA”, estipulada no inciso III do § 1º do Art. 56, da Lei nº 8.666/93, o MEC se reserva ao direito de aceitar somente FIANÇA emitida por instituição financeira credenciada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN.

20.2.1 A “FIANÇA BANCÁRIA” deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.3 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.4 A Contratante fica autorizada a utilizar a garantia para assegurar o pagamento de:

20.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2 prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada, durante a execução do contrato;

20.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e

20.4.4 obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada.

20.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MP 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

20.6 A autorização (uso de garantia) contida no item 20.4 é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

20.7 A Contratada se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela Contratante.

20.8 A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da Contratada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

20.9 A garantia, se em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor da Contratante.

20.10 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.11 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº8.666, de 1993.

20.12 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

20.13 A garantia será considerada extinta:

20.13.1 com a devolução da apólice, carta fiança, ou a autorização para o levantamento da importância depositada em dinheiro a título de garantia, acompanhada da declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

20.13.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO não comunique a ocorrência de sinistros, que poderá ser estendida em caso de ocorrência de sinistro.

20.14 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.15 A garantia de que trata este item somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da IN/SLTI/MPOG nº 02 de 30 de abril de 2008, com suas alterações, observada a legislação que rege a matéria.

20.16 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência deste instrumento, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV da IN/MPOG nº 02/2008, atualizada.

20.17 O início da execução contratual só ocorrerá mediante a apresentação da garantia, em uma das modalidades definidas no § 1º do art. 56, da Lei nº 8.666/93, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura da avença contratual, em atendimento ao Memorando-Circular 31 – SAA/GAB (0772547).

20.18 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

21. DAS REGRAS PARA VINCULAÇÃO DE CONTAS PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

21.1 Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, será adotada conta vinculada específica com procedimentos descritos conforme a IN nº 5, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento e suas alterações.

21.2 As provisões realizadas pela Contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas, em relação à mão-de-obra das empresas Contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositados em Conta-Depósito Vinculada–bloqueada para movimentação em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

21.3 A movimentação da Conta-Depósito Vinculada–bloqueada para movimentação será mediante autorização do Contratante, exclusivamente para o pagamento das obrigações.

21.4 O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

1. 13º (décimo terceiro) salário;
2. férias e um terço constitucional de férias;
3. multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
4. encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.5 O Ministério da Educação firmou Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta encontra-se anexa ao presente PB, no qual estão determinados os termos para a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

21.6 O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira, nos termos do ANEXO XII da IN nº 05/2017.

21.7 A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a Contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

21.7.1 solicitação do Contratante, mediante ofício, de abertura de Conta-Depósito Vinculada–bloqueada para movimentação, no nome da empresa prestadora de serviços, conforme disposto no Anexo XII da IN 05/2017;

21.7.2 assinatura, pela empresa a ser Contratada, no ato da regularização da Conta-Depósito Vinculada–bloqueada para movimentação, de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração.

21.8 O saldo da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no item 21.5 da cláusula segunda do Termo de Cooperação e no item 3 do Anexo VII da IN nº 02 de 2008 do MPOG.

21.9 Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no item 3 do Anexo VII da IN nº 02 de 2008 do MPOG implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.10 Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas, mencionados no item 21.2 deste Projeto Básico, serão depositados pela **Contratante** em Conta-Depósito Vinculada–bloqueada para movimentação e deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa

21.11 O MEC poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.

21.11.1 Em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.12 Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta da participante.

21.13 O valor total/global ou estimado das tarifas bancárias deverá constar da planilha apresentada pelos proponentes.

21.14 A empresa Contratada poderá solicitar a autorização do MEC para utilizar os valores da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no Anexo VII da IN 03/2014 ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

21.15 Para a liberação dos recursos da Conta-Depósito Vinculada–bloqueada para movimentação, com o propósito de pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao Contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

21.15.1 Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o MEC expedirá autorização para a movimentação dos recursos creditados em Conta-Depósito Vinculada-bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

21.15.2 A autorização de que trata o item 22.13 deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.16 A empresa deverá apresentar ao MEC, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.17 O saldo remanescente dos recursos da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

21.18 Os valores provisionados para atendimento do subitem 21.4 serão discriminados conforme tabela a seguir:

ITEM			
13º(décimo terceiro) salário		8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)	
Férias e 1/3 Constitucional		12,10% (doze vírgula dez por cento)	
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso-prévio indenizado e sobre o aviso-prévio trabalhado		5,00 % (cinco por cento)	
Subtotal		25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)	
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º(décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula sessenta por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

22. DA REPACTUAÇÃO

22.1 Poderá ser permitida a repactuação do valor do CONTRATO, desde que observado o interregno de 1 (um) ano da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, ou da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos, devidamente fundamentada em Planilhas de Custos e Formação de Preços, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 2.271 de 07 de julho de 1997 e conforme disposições contidas nos artigos 53 e 61 da IN nº 05, de 25 de maio de 2017.

22.2 As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

22.3 As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico cpl@mec.gov.br, subsidiadas pela área técnica;

23.2 Não será admitida a subcontratação da contratação.

23.3 Os esclarecimentos a respeito das condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente contratação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link “Fornecedores/Licitações”, bem como no COMPRASNET, ficando as participantes obrigadas a acessá-las para a obtenção das informações prestadas pelo Contratante.

ENCARTE “A”

MODELO: PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Contratação nº	
----------------	--

Dia ____/____/2017 às ____:____ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convenção Coletiva ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Tipo de Serviço	
E	Unidade de medida	Posto de serviço
F	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	
G	Nº de meses de execução do Contrato	12

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO

Unidade de Medida – tipos e quantidades	
---	--

1	Tipo de serviço	Quantidade
-		
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra		
2	Salário mínimo oficial vigente: piso da categoria	
3	Categoria funcional (vinculada à execução contratual)	
4	Data-base da categoria	

Módulo 1: Composição da remuneração

I - Remuneração			
I	Remuneração	%	Valor R\$
A	Salário Base		
B	Adicional de periculosidade		
C	Adicional de insalubridade		
D	Adicional noturno		
E	Hora noturna adicional		
F	Adicional de hora extra		
G	Outros (especificar)		
Total:			

Módulo 2: Benefícios mensais e diários

2	Benefícios mensais e diários	Valor (R\$)
A	Transporte	

B	Auxílio- alimentação (vales, cesta básica, entre outros)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio- creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Módulo 3: Insumos diversos

3	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de Insumos diversos	

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas

Submódulo 4.1: Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições:

4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		

D	INCRA		
E	Salário educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
	Total		

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2: 13º (décimo terceiro) salário

4.2	13º salário	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º salário		
Subtotal			
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º salário		
	Total		

Submódulo 4.3: Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade		
B	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade		
	Total		

Submódulo 4.4: Provisão para rescisão

4.4	Provisão para rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso-prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso-prévio indenizado		
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso-prévio indenizado		
D	Aviso-prévio trabalhado		
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso-prévio trabalhado		
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso-prévio trabalhado		
	Total		

Submódulo 4.5: Custo de reposição do profissional ausente

4.5	Composição do custo de reposição do profissional ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente		
	Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas

4	Provisão para rescisão	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	
4.2	13º salário	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
	Total	

Módulo 5: Custos indiretos, tributos e lucro

5	Custos indiretos, tributos e lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos federais (especificar)		
C.2	Tributos estaduais (especificar)		
C.3	Tributos municipais (especificar)		
	Total		

Nota 1: Custos indiretos, tributos e lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Quadro-Resumo do custo

5	Mão de obra vinculada à execução contratual	Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios mensais e diários	
C	Módulo 3 – Insumos diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas	
Subtotal (A + B +C+ D)		
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
	Total	

Nota:

1. A participante deverá preencher a planilha de acordo com o modelo acima;
2. A participante deverá apresentar planilha para categoria profissional, cujos percentuais informados deverão retratar a exequibilidade da proposta, de acordo com a legislação vigente;
3. A aceitação ficará condicionada à apresentação de planilha, contemplando composição do último lance, observando o disposto na nota 2 acima.
4. A empresa deverá cotar todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, mão-de-obra e respectivos encargos, materiais básicos, uniformes e todas as demais despesas, inclusive vale-transporte.
5. Na cotação do vale-transporte, deverá seguir o disposto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.
6. OBS: Essa planilha se refere ao custo mensal de um posto. Serve como modelo e foi baseada na planilha da IN nº6 de 23/12/2013 do MPOG, devendo a participante fazer uso dela para cada tipo de serviço e/ou preço ofertado. Sempre que possível ou solicitado deve-se apresentar as memórias de cálculo utilizadas.
7. A participante deverá cotar no montante V – Tributos os percentuais de acordo com seu regime tributário, a ser comprovado conjuntamente com a apresentação da proposta.
8. Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.
9. Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no edital e seus anexos.

ENCARTE “A-1”**Modelo: Proposta de Preços**

Empresa: _____

Representante Legal: _____

Telefone Comum: _____ Celular: _____

Endereço da empresa: _____

Validade da Proposta: ____ / ____ / ____

DATA da proposta: ____ / ____ / ____

Item	CATEGORIA	ESCALA	Valor Unitário do Posto (R\$) mais materiais e equipamentos (A)	TOTAL DE POSTOS (B)	Valor Mensal do Serviço (R\$) $C = (B \times A)$	Valor Anual do Serviço (R\$) $D = C \times 12$
1	Bombeiro Civil	Diurna 12x36 horas	17.797,32	6	106.783,92	1.281.407,01
2	Bombeiro Civil	Noturna 12x36 horas	20.203,78	4	80.815,13	969.781,51
3	Chefe da Brigada	Diurna 12x36 horas	21.171,72	1	21.171,72	254.060,60
Totais				11		2.505.249,12

Assinatura do Responsável pela empresa:

Nome:**Documento:****Nota:**

1 – A planilha apresentada deve estar em conformidade com a IN 2 do MPOG de 30 de abril de 2008 e suas alterações posteriores.

2 – **A participante deverá apresentar planilha para cada categoria profissional**, cujos percentuais informados deverão retratar a exeqüibilidade da proposta.

3 - Esta proposta deve atender ao Projeto Básico e incluir todos salários, impostos, tributos, gastos com frete, comissões, combustível, materiais de suporte, bem como qualquer gasto ocasionado pela execução deste objeto.

DADOS DA EMPRESA

--	--

Valor Global:		
Razão Social:		
CNPJ:		
End:		
Cep:		
Fone/Fax:	E-mail:	
Validade da Proposta:		
Especificação Técnica:		
Forma de Pagamento:		
Dados Bancários da empresa:		
Agência:	Conta Corrente:	Banco:

DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO

Nome:	CPF:	RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:
Cep:		
Estado civil:		
Residência:		
Cargo/Função:		
Nacionalidade:		
* Lembrar que é necessária cópia dos principais documentos:		
1- da empresa - Alteração Contratual ou Procuração		
2- pessoais - Identidade e CPF ou da CNH, que assinará o CONTRATO		

Local: _____, ____ de _____ de 2017.

CARIMBO, ASSINATURA E TIMBRE DA EMPRESA

ENCARTE “B”

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO Nº _____ / 2018 Contrato nº _____

À Empresa

--

Endereço:

--

CNPJ	Telefone/Fax

Autorizamos V.S.^a a fornecer os produtos/serviços adiante discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes no Projeto Básico.

I – DO OBJETO

1.1 Especificações

(TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO)

1.2

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total

MEC / Carimbar

Recebi o original desta Ordem de Serviço, ciente das condições estabelecidas.

Brasília, de de 2018

EMPRESA CONTRATADA

ENCARTE “C”

Modelo de Declaração de Vistoria

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaração de vistoria do Local dos Serviços

Declaro, em atendimento ao previsto na Dispensa de Licitação n.º ____/____/SAA/SE/MEC, que eu, _____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, Representante da empresa _____, C.N.P.J./MF _____, estabelecida no(a) _____, como seu/sua representante legal, para os fins da presente declaração, compareci perante o representante do Ministério da Educação e vistoriei o local onde serão executados os serviços, objeto da contratação em apreço, para tomar pleno conhecimento de suas instalações e das condições e grau de dificuldade existentes.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante da empresa)

Visto:

Representante do MEC

OBSERVAÇÃO:

· A VISTORIA DEVERÁ SER FEITA ATÉ 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS ANTECEDENTES À CONTRATAÇÃO.

ENCARTE “D”

Modelo para Autorização para Criação de Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação

Processo nº:

Objeto:

A _____ (informar o nome da Contratada), _____
_____(informar CNPJ), _____(informar localização/Estado/UF)
autoriza o Ministério da Educação (órgão Contratante), nos termos do artigo 19A e do Anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, alterada pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de outubro de 2009, a proceder com a abertura de conta, para a quitação de obrigações trabalhistas dos trabalhadores vinculados ao Contrato nº _____, em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

Fica autorizada à Administração da Contratante a efetuar retenção, na fatura, e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica. E, ainda, a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Brasília/DF, de de 2018

Assinatura da Contratada

ENCARTE E

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DO MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

1 – Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental na contratação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”.

Lei nº 8.666/93:

“Art. 3: A contratação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6: São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos”.

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6: Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas Contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos).

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos).

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e

cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de três de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e (Grifamos).

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. “O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades Contratantes estabeleçam nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente”.

2 – A participante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste anexo, documento este, integrante da proposta constante neste Projeto Básico.

2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a participante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da Contratada, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

2.2 - Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela participante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- a) A otimização de recursos materiais;
- b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- d) Receber, da Contratante, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.
- e) Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela Contratante, a fim de informar prováveis e reais ocorrências". Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; lâmpadas queimadas ou piscando; fios desencapados; janelas, fechaduras ou vidros quebrados; aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.
- f) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- g) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;
- h) Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados nas dependências do Ministério:

AZUL: papel/papelão;

VERMELHO: plástico;

VERDE: vidro;

AMARELO: metal;

PRETO: madeira;

LARANJA: resíduos perigosos;

BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

ROXO: resíduos radioativos;

MARROM: resíduos orgânicos;

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

(Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001 - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA).

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

DISPENSA DE CONTRATAÇÃO Nº ____/2017

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ **FONE/FAX:** _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento de contratação, sob a modalidade Dispensa de Contratação nº ____/2017, instaurado pelo Processo de nº 23000.xxxxxx/201x-xx, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa

exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2017.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

ENCARTE F

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Decreto nº. 7.203/2010; Súmula Vinculante nº 13/STF)

Eu, _____,
CPF _____, candidato a contratação pela empresa
_____, CNPJ nº _____, no posto
de trabalho de _____, para prestação de serviços no MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO, objeto da Dispensa de Contratação nº ____/2017 e Contrato nº ____/2017,

DECLARO, para os fins do disposto no Decreto nº. 7.203, de 04/06/2010, e na Súmula Vinculante nº 13/2008, publicada pelo Supremo Tribunal Federal

(☐) NÃO POSSUIR cônjuge, companheiro ou parentes* que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança no Ministério da Educação (Administração Pública Direta), bem como em suas unidades vinculadas (CAPES, INEP, FNDE, e Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC).

(☐) POSSUIR cônjuge, companheiro ou parentes* que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança no Ministério da Educação (Administração Pública Direta), bem como em suas unidades vinculadas (CAPES, INEP, FNDE, e Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC).

(neste caso, preencher as informações complementares abaixo).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Preencher o nome do cônjuge, companheiro ou parente, o grau de parentesco, o cargo e o local onde trabalha – lotação.

Nome: _____ Grau de
parentesco: _____
Cargo: _____ lotação: _____

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Brasília, _____ de _____ de 20____.

Embasamento legal

- Súmula Vinculante nº 13, publicada pelo STF:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

- Código Penal – Falsidade Ideológica

“Art.299 omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 01(um) a 05 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular.

Parágrafo Único: se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte”.

- DECRETO nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

(*) Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

- parente em linha reta até o terceiro grau (pai e mãe, filho e filha, avô e avó, bisavô e bisavó).

- parente colateral até o terceiro grau (irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha).

- parente por afinidade até o terceiro grau (cunhado(a), sogro(a), enteado, genro e nora, padrasto e madrasta do cônjuge, pais dos sogros, filhos do enteado, bisneto e bisneta do cônjuge).

ENCARTE G**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****CHECAGEM DE DOCUMENTOS (CHECK LIST) PARA PAGAMENTO**

Contrato N°	Empresa Contratada		Optante do Simples ?		CNPJ:	
			Sim	Não		
SERVIÇOS CONTRATADOS						
Sem Mão de Obra (SM)		Com Mão de Obra (CM)		Com Fornecimento de Material (FM)		
FICHA DO CONTRATO						
Nome			Portaria de Nomeação			
FATURA						
Tipo (nota fiscal / fatura)		Número	Valor R\$	Referência		
DOCUMENTOS DE SUPORTE					N/A = não se adéqua	
1.	APRESENTADOS PELA EMPRESA					
1.15	Planilha Financeira - Das prestações dos serviços do mês competente a fatura			Sim	Não	N/A
1.16	Cópia da Folha de Ponto do mês de competência da fatura			Sim	Não	N/A

1.1	Valor da retenção para a Previdência Social indicado na Fatura	Sim	Não	N/A
1.2	GFIP – Guia de recolhimento FGTS e informações à Previdência Social (incluindo da relação constante no arquivo enviado ao programa SEFIP)	Sim	Não	N/A
1.3	GPS – Guia da Previdência Social – mês anterior	Sim	Não	N/A
1.4	Folha de Pagamento dos trabalhadores de Empresa que prestam serviços ao MEC devidamente validada por representante da empresa	Sim	Não	N/A
1.4.1	Comprovante de Depósito do 13º Salário sobre o FGTS	Sim	Não	N/A
1.5	Comprovante de entrega do vale-alimentação aos trabalhadores da Empresa que prestam serviços ao MEC	Sim	Não	N/A
1.6	Comprovante de entrega do vale-transporte aos trabalhadores da Empresa que prestam serviços ao MEC	Sim	Não	N/A
1.7	Comprovante de quitação de Plano de Saúde dos trabalhadores da Empresa que prestam serviços ao MEC	Sim	Não	N/A
1.8	Comprovante do Pagamento das Férias aos trabalhadores da Empresa que prestam serviços ao MEC	Sim	Não	N/A
1.9	RCT - Rescisão de Contrato de Trabalho homologado	Sim	Não	N/A
1.10	Documentos Específicos do Contrato (Ex: relatório de Km – transporte; relatório do nº de cópias – reprografia, etc.)	Sim	Não	N/A
1.11	Certidões Negativas de Débitos:			
1.11.1	INSS – Certidão Negativa de Débito - CND	Sim	Não	N/A
1.11.2	FGTS – Regularidade do empregador	Sim	Não	N/A
1.11.3	MF – Certidão Positiva com Efeitos de negativa	Sim	Não	N/A
1.11.4	MF/PGFN – Certidão Conjunta Negativa	Sim	Não	N/A
1.11.5	MPE – Certidão Negativa de Débito Salarial	Sim	Não	N/A
1.11.6	MT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - Lei 1.2440/2011	Sim	Não	N/A

1.12	Declaração “de optante de Simples”, conforme do Anexo IV IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, da Secretaria de Receita Federal	Sim	Não	N/A																				
1.13	Declaração de enquadramento como Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, conforme Anexo II IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal	Sim	Não	N/A																				
1.14	Declaração de enquadramento como Instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações, conforme Anexo III IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, da Secretaria de receita Federal	Sim	Não	N/A																				
2.	EMITIDO PELO FISCAL DO CONTRATO																							
2.2	Relatório dos Serviços Prestados	Sim	Não	N/A																				
2.3	Declaração de Conferência da Folha de Pagamento – compatibilidade com relatório dos serviços efetivamente prestados no período	Sim	Não	N/A																				
2.4	Atesto de Fatura	Sim	Não	N/A																				
Local e Data:																								
Assinatura e Carimbo:																								
<table border="1"> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table>																								

ENCARTE “H”

Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União

ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A

AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir

Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentidos de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudo cooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza; b) – Serviços de conservação; c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção; e) – Serviços de copeiragem; f) – Serviços de reprografia; g) – Serviços de telefonia;

h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo; j) – Serviços de auxiliar de escritório; k) – Serviços de auxiliar administrativo;

l) – Serviços de Office boy (contínuo); m) – Serviços de digitação; n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas; o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão participante;

p) – Serviços de ascensorista; q) – Serviços de enfermagem; e

r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras na contratação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – As contratações de serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a participante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia

mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados

da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho - ANPT



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Souza Filho, Servidor(a)**, em 29/09/2020, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Maciel Damasceno, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 29/09/2020, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Martins Neiva Monteiro, Coordenador(a)-Geral**, em 29/09/2020, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2264567** e o código CRC **69D61012**.

1.